

Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização

Darlene A. de Oliveira Ferreira

Professora Doutora do Depto. de Antropologia, Política e Filosofia/
Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Araraquara
Correio eletrônico: darlene@fclar.unesp.br

Resumo

O presente artigo apresenta uma exposição sobre a Geografia Agrária no Brasil, tratando de sua conceituação e de sua periodização. As diferentes concepções de Geografia Agrária, ao longo do tempo, que marcaram o período compreendido entre meados da década de 1930 e meados da década de 1990, foram buscadas em autores que discutiram a definição deste ramo e seu papel no contexto da ciência geográfica. Como tais análises e definições variaram e, principalmente, como o desenvolvimento de tal ramo da Geografia não foi uniforme, a indicação de diferentes fases nos estudos foi detectada e tratada num Quadro Síntese da Geografia Agrária Brasileira.

Palavras-chave

Geografia agrária – conceitos – periodização.

Terra Livre	São Paulo	n. 16	p. 39-70	1º semestre/2001
-------------	-----------	-------	----------	------------------

Introdução

O estudo da relação homem-natureza acompanha o desenvolvimento da Geografia desde a sua origem. A análise das regularidades na localização do homem e de suas atividades procurou desvendar sempre a lógica dessa distribuição sobre a superfície terrestre. Se essa distribuição tem implícita uma variação no espaço, objeto de estudo da Geografia, ela apresenta também uma lógica temporal, ou seja, a relação homem-natureza varia também no tempo.

As organizações espaciais, porque constituídas pela sociedade, caracterizam-se por um processo de mudanças nas formas de combinar os elementos sociais e naturais. A indissociabilidade espaço/tempo é uma característica importante da análise geográfica e passa pelo entendimento de como o homem reagiu e vem reagindo às influências da natureza ao longo do tempo. Por outro lado, a interpretação, pela ciência, destas diferentes formas de reação também varia ao longo do tempo, acompanhando as transformações das idéias e dos paradigmas científicos.

Neste sentido, a Geografia se preocupa não somente com o espaço, entendido como o local de atuação da sociedade, mas também com a conotação temporal, que imprime uma configuração diferenciada, no decorrer do tempo, a cada evento geográfico, seja ele um rio, uma fábrica, uma propriedade agrícola, uma cidade. Entender e caracterizar os eventos geográficos também variou no tempo e as mudanças nas formas de interpretar o espaço e as distribuições espaciais determinaram conjuntos de procedimentos e de temáticas distintos.

A consolidação, pois, destes campos de interesse, para cada evento geográfico, resultou em conjuntos sistematizados: o da Geografia Humana e Física em princípio, o da Geografia da População, Industrial, Agrária, Urbana, dos Transportes, o da Hidrologia, o da Geomorfologia, o da Climatologia posteriormente, que, para alguns, levaram a ciência geográfica a perder a unidade, e, para outros, possibilitaram a realização de estudos mais aprimorados e especializados, mas todos preocupados em definir seu foco considerando a relação homem/meio-homem/homem, componentes fundamentais da análise geográfica.

As transformações na sociedade levaram a mudanças e especializações da ciência. A complexidade das relações estabelecidas pelo homem em suas diferentes formas de ação sobre o espaço geraram uma busca de respostas, que não poderiam ser genéricas, mas próprias a cada campo de interesse científico.

Da análise geral para a particular, cada campo de interesse passou por transformações variadas que em nenhum momento deixaram de acompanhar as mudanças gerais por que passava a Geografia. A história do pensamento geográfico retratou o próprio surgimento dos campos de interesse, à medida que os novos paradigmas ou escolas tendiam a adequar-se às necessidades de interpretação impostas pelas transformações da sociedade.

Nessa perspectiva, o interesse geográfico pelo estudo do meio rural desenvolveu-se de forma bastante particular e alcançou um papel de destaque no contexto da ciência

geográfica, sendo contemporâneo ao desenvolvimento da Geografia Científica do século XIX e início do XX.

Considerando-se que a agricultura é a atividade econômica mais antiga da sociedade e que, quando de sua sistematização, a Geografia surge em meio a uma sociedade agrária, na qual o econômico era o rural e o tipo de organização espacial mais visível e dominante era a rural, a ênfase nos estudos rurais foi, de certa forma, natural.

Pensar o agro do ponto de vista geográfico

A Geografia Agrária apresenta uma história muito particular no tocante ao desenvolvimento da Geografia: conhecer a superfície da terra e detectar as formas de exploração (cultivos, técnicas) aparece como a primeira forma de analisar a agricultura.

Definida como atividade econômica praticada pelo homem e que visa à produção de alimentos e matéria-prima, assim como o extrativismo vegetal e a pesca, a agricultura é tema bastante antigo da Geografia. Sem constituir propriamente uma escola, o estudo da agricultura dá-se em um contexto no qual ela é considerada um elemento da paisagem e, portanto, de interesse de cronistas e viajantes mais que (propriamente) de geógrafos.

No Brasil, Antonil (1711, 1ª. ed.) é um dos cronistas que reúne informações detalhadas sobre a cultura da cana-de-açúcar, a do tabaco, a criação de gado e a mineração em seu livro *Cultura e Opulência do Brasil*, e graças à minúcia com que o autor tratou as atividades citadas a administração portuguesa ocultou a obra durante longo tempo (Valverde, 1964).

Outro trabalho, *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia de Gêneros Alimentícios no Império do Brasil* (1860), de Sebastião Ferreira Duarte, merece destaque por ser seu autor o primeiro a se preocupar em entender a lógica do comportamento da agricultura brasileira. Nele, Duarte procurou comprovar que a abolição do tráfico de negros não provocou a queda da produção agrícola brasileira, já que a absorção da mão-de-obra agrícola pela grande exploração ocorria em detrimento das culturas de subsistência.

Até a década de 1930, a literatura de interesse geográfico pode ser enquadrada em quatro fases (Andrade, 1994). A primeira, até a metade do século XVIII, é representada por trabalhos de cunho não-científico efetuados por cronistas, aventureiros e comerciantes que, em crônicas e relatórios, se preocupavam com a descrição dos homens e da terra. A segunda fase, que compreende a primeira metade do século XIX, foi marcada pela vinda de viajantes estrangeiros, os quais objetivavam conhecer diferentes áreas do país, observando e colhendo informações e material para estudos.

Compreendendo o período Imperial e a Primeira República, na terceira fase diferentes cientistas visitaram ou viveram no Brasil, “realizando trabalhos de campo, levantamentos em áreas em que o governo pretendia investir nos mais diversos misteres (...) Eram porém estudos esparsos, específicos sobre determinadas áreas ou sobre determinados problemas e não faziam convergir para uma reflexão científica mais ampla, mais pura (...)” (Andrade, 1994, p. 68).

Já em fins do século XIX e início do XX, na quarta fase, alguns trabalhos de cunho literário demonstraram a preocupação em estudar o processo de conquista e ocupação do território brasileiro. São autores como Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Joaquim Nabuco, que escreveram demonstrando compromisso com a Geografia como ciência (Andrade, 1994).

Após a Revolução de 30, ocorre a proliferação de estudos sobre a realidade brasileira, e autores como Gilberto Freire, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda procuram caracterizar a realidade nacional. A necessidade de conhecer e conquistar o território brasileiro – até então mais conhecido pelos estrangeiros que aqui buscaram conteúdo para seus estudos – em função da política de modernização a ser implantada pelo governo federal torna o conhecimento geográfico autônomo e o institucionaliza.

Neste contexto, a Geografia Agrária brasileira se desenvolveu seguindo uma trajetória de influências oferecidas pela própria realidade e pelas mudanças paradigmáticas que determinaram os temas de estudo e as formas de estudá-los. Alguns geógrafos, além de preocupar-se com o estudo da realidade propriamente dita, efetuaram a discussão e a sistematização teórica desse campo de conhecimento, dentro da Geografia.

É possível percebermos que definir Geografia Agrária não foi tarefa fácil para aqueles que a isto se propuseram. Uma das dificuldades principais esteve no fato de a Geografia Agrária ter como objeto uma atividade estudada também por outras ciências.

O estudo geográfico da agricultura foi realizado ao longo do tempo por diferentes enfoques que produziram uma diversidade de definições, as quais refletiam o modo de pensar do momento. Assim, em princípio, a Geografia Agrária era desenvolvida como “parte” da Geografia Econômica, e os estudos econômicos em Geografia tinham, na agricultura, seu foco principal.

Apesar disso, a denominação Geografia Agrária não era adequada, considerando-se que o conteúdo destes estudos voltava-se, prioritariamente, para a análise da produção agrícola, da distribuição dos cultivos e pouca importância era dedicada às questões sociais, característica dos estudos agrários. O produtor agrícola, nesse momento, era considerado um elemento da paisagem, estudado em seu hábitat e em seus gêneros de vida.

A denominação mais adequada para este ramo da Geografia, teve origem em diferentes pontos de vista. Agrária, agrícola, rural, da agricultura, nomeavam, genericamente, os estudos sobre o agro no Brasil, e o significado de tais denominações radicava no que era priorizado: o econômico, o espacial, o social.

Registrar como a Geografia Agrária foi definida ao longo dos últimos sessenta anos foi tarefa já realizada por vários autores¹ e ao retomar este tema tentaremos mostrar que, assim como a própria Geografia, o estudo geográfico da agricultura esteve sempre em xeque, buscando uma definição mais “adequada” ou “completa” de si próprio e de seu objeto.

1. Migliorini, 1950; Valverde, 1961 e 1964, Megale, 1976; Diniz, 1984; Galvão, 1987 e 1988; etc.

Para tanto, discutiremos este assunto seguindo uma lógica temporal, procurando agrupar, segundo o período em que foram escritos, os trabalhos cuja temática são a compreensão e a definição da Geografia Agrária, indicando como o assunto foi tratado e qual o contexto histórico vivido naquele momento, o que poderá nos ajudar a determinar a trajetória conceitual da Geografia Agrária no Brasil.

A Geografia, até as décadas de 1930 e 1940, apresentava uma divisão dual: Física e Humana. Nos aspectos humanos, a prioridade era dada aos estudos econômicos que tinham na agricultura o interesse principal. A hegemonia da agricultura fez com que não houvesse necessidade de definir um campo de estudo específico. O papel prioritário desempenhado pela atividade agrícola, no período, colocou-a como temática principal dos trabalhos.

A partir da década de 1950, o desenvolvimento do sistema urbano-industrial e a concretização da divisão social do trabalho colocaram a cidade e a indústria como precursores de uma nova realidade econômica. A complexidade das relações que se estabeleceram levou à necessidade de definição de novos campos, e a agricultura, de hegemônica, passou a ser coadjuvante num sistema econômico constituído por muitos elementos ou partes. A agricultura é uma delas. Então, conseqüentemente, surgiram novos ramos do conhecimento, sendo necessária a definição exata do campo de estudos de cada um.

Pelas abordagens aqui apresentadas, observamos que a Geografia Agrária não é um ramo científico estabelecido de forma única ou de maneira autônoma, pois se é representativa em número de trabalhos, estes não são representativos de um mesmo pensamento.

Andrade (1987), tratando da conscientização dos geógrafos sobre o esgotamento da Geografia Clássica, afirma que já havia, na década de 1950, uma preocupação com a grande importância que era dada à Geografia Agrária, e por conseqüência a indústria e a cidade deveriam ganhar novo significado. “Os estudos de Geografia Urbana e de Geografia Econômica intensificaram-se, ganharam importância, e a agricultura passou a ser encarada não mais como gênero de vida, mas como uma atividade profissional” (p. 96).

Assim, as primeiras contribuições relativas à definição e ao objeto da Geografia Agrária datam da década de 1950 e não são trabalhos escritos por geógrafos pátrios, mas por estrangeiros de renome. Léo Waibel (1979), Elio Migliorini (1950)², Daniel Faucher (1953) e Pierre George (1956) são autores que discutiram o objeto, definiram e vivificaram a Geografia Agrária.

A discussão do conceito de Geografia Agrária é tema do primeiro capítulo dos livros dos autores citados. Os demais capítulos tratavam de conteúdo pertinente a seus títulos.

O trabalho de Migliorini (1950) desenvolve-se com base em um conjunto de escritos que permitiram conhecer os objetivos das pesquisas em Geografia Agrária. Para este autor, a Geografia Agrária é um dos campos da Geografia Econômica e tem, além de importância teórica, uma valorização prática, evidenciada na “avaliação da produção e suas

2. O trabalho de Elio Migliorini, cujo original data de 1949, foi publicado, com tradução, no Brasil no *Boletim Geográfico* em 1950.

eventuais modificações, a maior ou menor conveniência de certas culturas, a influência dos mercados” (p. 1.072). Segue o autor:

“(...) a indagação geográfica da atividade agrária permite a possibilidade de avaliar, não somente as influências do ambiente fisiográfico, mas também a configuração do solo, sua estrutura, situação, exposição, clima, como ainda a ação exercida pelo homem na escolha dos sistemas de utilização do solo, nas categorias de empreendimentos agrícolas, etc., de modo que se avalie bem, junto aos fatores espaciais e naturais, as influências históricas e econômicas que contribuem para tornar variada a paisagem agrária” (p. 1.072).

Podemos observar que, para Migliorini (1950), a Geografia Agrária preocupava-se com o estudo de um conjunto complexo de características que alia os aspectos fisiográficos aos econômicos. Observamos que ele não privilegia nenhum aspecto em particular, mas o ambiente fisiográfico é o primeiro item a ser citado, como é característica do período, no qual qualquer trabalho era iniciado com a descrição dos aspectos físicos da área em estudo. Podemos concluir também que a paisagem agrária é *in fine* o objeto de estudo, na medida em que todos os aspectos citados contribuem para defini-la.

Em Waibel (1979), Geografia Agrária é a denominação dada a uma disciplina preocupada com a diferenciação espacial da agricultura. Considerada a agricultura um fenômeno da paisagem, são vários os métodos e pontos de vista que advém daí. Assim, “a agricultura é um importante fenômeno da superfície da terra e é sua atribuição [da Geografia] tentar descrever a sua diferenciação espacial, procurando ao mesmo tempo esclarecer as forças atuantes” (p. 30).

A Geografia Agrária parte sua análise da fito e da zoogeografia e seria a Geografia das plantas úteis e dos animais domésticos, podendo ser considerada segundo “três disciplinas” diferenciadas. Uma, preocupada com a distribuição das espécies vegetais e animais ligadas à agricultura: a Geografia Agrária Estatística. Outra que tratando das formas da economia privilegia a relação com o meio ambiente: a Geografia Agrária Ecológica. Uma última, Geografia Agrária Fisionômica, cuja análise é orientada pelos diferentes aspectos da paisagem.

Na concretização destas propostas, Léo Waibel (1979) trata de um método ecológico-fisionômico que procuraria “descrever da maneira mais completa e pormenorizada possível o aspecto de uma paisagem” (p. 34). Dever-se-ia efetuar a observação no terreno, ver e interpretar os aspectos examinados, buscando definir a fisiologia de uma formação, o que resultaria, finalmente, na identificação de organizações espaciais e da distribuição de eventos sobre a superfície terrestre.

As propostas de Daniel Faucher (1953) não são diferentes das indicadas até agora. Para este autor, a Geografia Agrária é qualitativa e “(...) describe las formas de los medios y de la actividad agrícola (...)” (p. 12). Ela diferencia-se da Agronomia, uma vez que não objetiva o estudo das condições técnicas de produção, mas explica as paisagens e os mo-

dos de vida rurais através dos sistemas agrícolas e sua evolução. Estes sistemas caracterizam o hábitat e a forma dos campos, tendo como condicionantes os fatores físicos.

A vida agrícola não é composta apenas pelo trabalho da terra, com vistas à produção. Ela comporta ainda a exploração de vegetais espontâneos (extrativismo vegetal), o que torna seu estudo amplo e complexo.

A Geografia Econômica preocupa-se com a análise estatística e quantitativa da atividade agrícola, estudando o volume de produção, o emprego dos produtos e a circulação. A agricultura, segundo este autor, seria estudada por dois ramos distintos na Geografia, o da Geografia Agrária e o da Geografia Econômica, cada qual centrando suas preocupações em um aspecto da atividade.

Seguindo a mesma tendência em definir papel específico para a Geografia Agrária e a Geografia Econômica, Pierre George (1978)³ define poeticamente o objeto da Geografia Agrícola⁴: o “milagre anual da colheita sempre renovada, que é, no fundo, o próprio milagre da vida, repetido ao infinito em todos os campos do mundo, entre os homens negros, debaixo do sol dos Trópicos e até além do círculo polar em certos pontos” (p. 7).

A prioridade, como observamos, é dada à descrição e à distribuição dos diferentes fatos agrícolas que ocorrem no mundo. “Compete à Geografia econômica calcular as colheitas das diversas partes do mundo, proceder às classificações de produtores e consumidores, definir as correntes de transporte dos produtos agrícolas” (p. 7).

Assim, encontramos uma diferenciação importante nas colocações de Pierre George (1978), definindo, para o estudo dos aspectos agrícolas, três campos diferentes. A Geografia Agrícola, preocupada com a descrição e a distribuição dos eventos agrícolas; a Geografia Econômica, com a produção e o transporte dos cultivos; e a Geografia Social, com o tratamento dos agrupamentos humanos e das civilizações envolvidas com o trabalho da terra.

Em outro trabalho, não muito preocupado em evidenciar especificamente Geografia Agrária, Pierre George (1956) faz uma descrição do que ele chama de “fato rural através do mundo”. Nesta referência detalha diferentes aspectos da vida rural, estudando sua extensão e sua diversidade pelo globo, as relações presentes no meio rural, partindo do meio físico, passando pela densidade da ocupação humana, concluindo com as evidências históricas.

A preocupação do autor está em descrever a diferenciação agrícola mundial, buscando o que ele chama de características geográficas do trabalho agrícola. Ele não define propriamente a Geografia Agrária, mas preocupa-se em mostrar o que o geógrafo deve estudar relacionado ao meio rural.

Pierre George (1956) destaca que com um objeto de estudo que não é exclusivo, a agricultura é para a Geografia uma fonte de fatos, distribuídos pelo mundo, e que lhe

3. Data da terceira edição utilizada. O original do livro é datado de 1955.

4. Neste trabalho o autor não faz referência à Geografia Agrária, mas sim à Geografia Agrícola.

permite uma objetivação própria, sem esbarrar em outras ciências. Caberia à Geografia Agrícola a descrição destes fatos.

Outro autor que trata da Geografia Agrária na década de 1950 é Erich Otremba (1955). Segundo este estudioso, a economia agrária e a economia industrial estão interligadas, mas devem ser consideradas de forma distinta. A economia agrária está submetida à ação dos fatores naturais e sua variedade é resultado da dependência das características geográficas, contrariamente à economia industrial. Assim, Otremba (1955) fala da existência de um método agrogeográfico e de outro industrial-geográfico.

“Todo trabajo dirigido tiene que disponer de una gran movilidad metódica. Baste decir que, en Geografía agraria, la *relación de causalidad* sobresale con más fuerza que en la Geografía industrial, donde la *relación de efecto* ocupa el primer plano” (p. 3)⁵.

As colocações de Otremba (1955) revelam dois aspectos importantes: primeiro, a função determinista, que o autor estabelece para o meio físico com relação à agricultura. Em seguida, a análise comparativa que traça entre a Geografia Agrária e a Industrial, buscando definir o papel de cada uma.

Fica evidente no trabalho deste autor a diferenciação de ramos que deveria compor os estudos geográficos. Como dissemos anteriormente, nos anos 50, a referência à indústria e à cidade passa a fazer parte dos estudos de Geografia, e Otremba (1955) destaca tal fato quando diferencia economia industrial e economia agrária.

“La opinión hoy día generalizada sobre el indiscutible valor atribuible al paisaje agrícola como objeto de investigación de la ciencia económico-geográfica, exige en sí misma una comprensión sintética de las relaciones económico-espaciales, en la cual la economía agraria no puede separarse de la economía industrial” (p. 1).

Para Otremba (1955, p. 5), a “Geografia Agrícola no tiene su razón de ser por consideraciones teórico-científicas”. Sua função principal estaria no estudo da diferenciação espacial das práticas agrícolas, contribuindo na análise do problema da alimentação da humanidade e do abastecimento das matérias-primas agrícolas. Assim, a Geografia Agrária deveria existir em razão de seu papel na sociedade, como ramo que estaria diretamente ligado à questão da produção de alimentos.

A Geografia Agrária é definida pelo autor como uma típica ciência relacionada à Economia Política, à História, às Ciências Naturais.

“Toda ciencia cuya finalidad sea la exploración en un espacio, requiere la colaboración de otra ciencia auxiliar, cuya misión tiene que consistir precisamente en considerar el espacio

5. Grifo no original.

desde el punto de vista de la propia especialidad. Así, pues, la posición de la Geografía agraria entre la Geografía y Agricultura, es la de una ramificación científica por una parte, y la de una ciencia sintética que ordena las cosas por otra, de acuerdo con el espacio (...).
 (...) Así, la Geografía agraria se halla objetiva y metódicamente fundamentada y, en cuando a sus resultados, agrupada en el amplio círculo de las ciencias del espacio.” (p. 7-8)

Analisando o que chama de “metodismo da Geografia agrária”, Otremba (1955, p. 17) traça algumas observações:

“(...) la condición previa para todo trabajo en el campo de la Geografía agraria es la de poseer, ante todo, un conocimiento profundo de la historia del agro, de la Agricultura, de la ecología de las plantas útiles y de los animales domésticos. Después de esta base histórica y objetiva tiene que venir el conocimiento del paisaje geográfico con todas sus relaciones ecológicas y sus diversos elementos. La razón de tales métodos agrogeográficos reside en la necesidad de enlazar el pensamiento geográfico con el económico”.

Os trabalhos geográficos sobre agricultura até a década de 1950 podem ser enquadrados em três categorias de análise: estudos econômicos, referentes à avaliação da produção e da comercialização de produtos agrícolas, examinados sob a forma de dados estatísticos; estudos ecológico-físicos nos quais há análise dos condicionantes físicos: forma do terreno, clima, tipos de solo, importantes para explicar a localização dos cultivos e o uso de recursos; estudos sobre as formas espaciais da agricultura, ou melhor, da paisagem, como resultado da ação humana.

Estas são as propostas que marcam o entendimento do que seja a Geografia Agrária na década de 1950. Considerado o período em que dominava o paradigma da “diferenciação do espaço” ou “regionalista” (Amorim Filho, 1985), as pesquisas tinham o objetivo de ser cumulativas. Eram descrições que resultavam da observação no campo e revelavam a distribuição no dos mais variados aspectos, da agricultura.

Podemos dizer que o geógrafo (agrário⁶) estava preocupado em estudar a atividade agrícola evidenciada na paisagem e distribuída distintamente pela superfície da terra em função dos condicionantes naturais, dos sistemas econômicos (sistemas de cultivos) e da população (hábitat, modo de vida). Esta é a Geografia Agrária da década de 1950: imprecisa quanto à sua definição, representativa como campo de interesse e numerosa quanto à produção científica.

Também é importante assinalar que, por ser ainda bastante recente o desenvolvimento da Geografia no Brasil, os estudos voltados para a definição e a caracterização de diferentes ramos da ciência geográfica e, em particular da Geografia Agrária, são realizados

6. Neste momento, talvez seja precipitado designar tão nitidamente este especialista. O geógrafo, de uma forma geral, será físico ou humano, havendo ainda um tratamento específico quanto à Geografia Econômica.

por estrangeiros que têm em seus países uma ciência mais amadurecida e uma diversificação econômica, social e espacial concreta.

Para o período seguinte, não ocorrem grandes mudanças em relação às formas de análise. No Brasil, aparecem dois trabalhos que, na tentativa de definir o campo de estudos da Geografia Agrária, reforçam as propostas anteriores. Sob influência francesa, comum ao período, os escritos de Orlando Valverde (1961 e 1964) discutem o que é a Geografia Agrária. As proposições de Waibel (1979) e Faucher (1953) são retomadas com o objetivo de fundamentar o posicionamento tomado pelo autor.

Em um texto intitulado *A Geografia Agrária como ramo da Geografia Econômica*, Valverde (1961), por intermédio de suas proposições, afirma que a Geografia Agrária deveria ser considerada no âmbito da Geografia Econômica e não isoladamente. À Geografia Agrária deveriam interessar os sistemas agrícolas e não os produtos agrícolas, as formações econômicas e não os métodos agrícolas. Então o agrogeógrafo deve definir os tipos de paisagem agrícola descrevendo os elementos que compõem essa paisagem. “Não lhe basta, porém, descrever: o geógrafo deve explicar a função que cada um desses elementos desempenha na atividade agrícola” (p. 431).

No início da década de 1960 este autor fala sobre a influência da Economia Política e, fazendo uso de termos como relações de produção, modo de produção e formas de economia, difere de outros autores na interpretação do meio agrário sob a ótica geográfica. Em sua perspectiva, o fundamental da agricultura capitalista está na comercialização. Nas economias pré-capitalistas as proposições da Etnologia (preocupada com a cultura dos povos naturais) eram suficientes para responder aos problemas econômicos simples aí existentes. A economia capitalista é mais complexa e o geógrafo agrário deve entender as leis de mercado.

A preocupação do autor não está em definir o que é Geografia Agrária, como ele mesmo diz. A definição da Geografia Agrária seria sem propósito, já que ela é um ramo da Geografia Econômica, e o que deve ser definido então é este ramo, ou melhor, o que deve ser priorizado são os aspectos econômicos advindos da atividade agrícola, determinantes dos fatos culturais.

Percebemos pela exposição de Valverde (1961) que o que a Geografia Agrária vinha realizando até então, estudos descritivos, não explicava mais a realidade. Sendo assim ele admite de maneira taxativa a influência da Economia na Geografia Econômica. Isso já mostra que, apesar da especialização incipiente, a Geografia começa a aproximar-se de outras ciências.

As proposições e justificativas de Orlando Valverde (1961) contrariam as de Daniel Faucher (1953), nas quais a Geografia Agrária, como ramo da Geografia Econômica, constituiria a chamada “Geografia econômica agrícola”, preocupada com análises quantitativas vinculadas à produção. A “Geografia Agrária”, qualitativa, seria um ramo da Geografia Humana. Como vimos, Valverde (1961) afirma ser a Geografia Agrária um ramo da Geografia Econômica.

Para alguns geógrafos brasileiros, a influência quantitativa se reflete no aspecto metodológico da questão, já que “têm-se limitado, na Geografia Agrária, à elaboração de mapas estatísticos (de pontinhos ou isoritmias) e dos respectivos textos de interpretação” (Valverde, 1961, p. 430).

Valverde (1961) concorda com Waibel dizendo que à Geografia não interessa a distribuição de uma única cultura, mas o conjunto todo de atividades agrícolas. Uma divisão da Geografia Agrária provoca apenas confusão e separação entre o humano e o econômico, e uma subordinação – como consequência da importância que toma a definição daquilo que se estuda – da Geografia Econômica à Humana. Assim, entendida em seu contexto econômico, o autor salienta que “os estudos de geografia agrária são, fundamentalmente, estudos de geografia econômica” (p. 431).

A dissociação entre estes ramos da Geografia não é aceitável, considerando-se que o homem precisa viver e está sujeito às leis econômicas e, como produto do meio social em que vive, ele

“(...) é portador de uma cultura, que se manifesta de várias maneiras na paisagem.

Os fatos puramente culturais são, porém, de superestrutura e se revelam em pormenores da paisagem, não podendo se contrapor às leis econômicas. Aspectos como o hábitat, os tipos de habitação, a alimentação e os gêneros de vida agrícola só foram estudados com devida profundidade quando relacionados com a atividade econômica: a estrutura agrária e as relações de produção” (p. 431).

Passando para o tratamento dos temas centrais da Geografia Agrária, o autor concorda que não são os produtos, mas os sistemas agrícolas a matéria de interesse agrogeográfico. Nesta linha, ele segue os pressupostos de autores como Léo Waibel, Pierre George, E. Laur. Segundo Waibel, apontado por Valverde (1961), o agrogeógrafo deve preocupar-se não com a classificação dos sistemas agrícolas, mas com o estudo das “formações econômicas”, dos “tipos de paisagem agrícola” que circunscrevem diferentes elementos, correspondendo a uma “anatomia” da paisagem, “morfologia agrária” e “*aménagement du terroir agricole*”⁷. Este autor ainda salienta que não basta descrever, é preciso explicar a função desses elementos na atividade agrícola.

No caso de Pierre George, Valverde (1961) salienta que, para este autor, a estrutura agrária restringe-se às relações homem e solo cultivado, sem dar conta das relações sociais estabelecidas no processo de produção.

No entendimento da paisagem, Valverde (1961) concorda que é primordial fazermos a “interpretação histórica” buscando as causas do desaparecimento/surgimento de culturas. Assim, podemos identificar a dinâmica das paisagens em áreas de economia de especulação.

7. O que aparece entre aspas são indicados desta forma no original.

A comercialização merece destaque por parte de Valverde (1961) quando, na análise da economia capitalista, é necessária a distinção do “objetivo da produção”, separando culturas de subsistência das comerciais, nas quais comercialização e rentabilidade devem ser estudadas. A análise da rentabilidade permite distinguir a participação de diferentes classes sociais na distribuição da renda, possibilitando a compreensão da estratificação social numa área determinada.

Tomando o econômico como aspecto primordial da análise geográfica da agricultura, o autor afirma que o agrogeógrafo se deve permitir buscar leis explicativas para os aspectos da atividade agrícola na Economia Política.

“O geógrafo, melhor do que ninguém, poderá verificar a aplicação de suas leis na atividade econômica das diversas regiões. Ele deve procurar caracterizar bem, para uma certa área, as ‘formas de economia’, as ‘relações de produção’ e os ‘modos de produção’. São, por exemplo, as relações de produção que nos vão dar a chave para explicar a clivagem social que se estabeleceu numa certa região” (Valverde, 1961, p. 432).

Para concluir, o autor afirma que a Geografia Agrária deve ser considerada parte da Geografia Econômica e que entre esta e a Economia a relação se sintetiza na idéia de que “a Geografia Econômica está para a Economia, assim como a Geomorfologia está para a Geologia” (p. 432).

Em seu livro *Geografia Agrária no Brasil*, o mesmo autor estuda diferentes aspectos desse ramo da Geografia. Inicia com um capítulo intitulado “Metodologia da Geografia Agrária” (1964) que, subdividido, aborda a história da Geografia Agrária no Brasil, sua denominação, sua definição e sua metodologia.

A indecisão quanto à escolha do nome que melhor designe o estudo da agricultura pela Geografia é justificada por Orlando Valverde (1964) por tratar-se de uma ciência de história recente. Geografia Agrária e Geografia Agrícola, segundo o autor, são duas expressões conhecidas:

“(…) os termos ‘agrária’ e ‘agrícola’ têm quase a mesma significação: *ager, agricultura* = campo, deu agrário; *ager, agri + colo* (de *colere* = habitar, cultivar), deu agrícola. Este termo é, portanto, mais restrito; rigorosamente, a expressão “Geografia Agrícola” deveria englobar apenas o estudo da distribuição dos produtos cultivados e de suas condições de meio, sem envolver aspectos sociais, como regimes de propriedade, relações de produção, gêneros de vida, *habitat*, tipos de habitação etc. Dado o sentido restrito que têm as palavras “agrícola” e “agricultura”, não abrangeria sequer a geografia da pecuária. O emprego da expressão “Geografia Agrária” é, por conseguinte, mais conveniente, porque exprime melhor o conteúdo desse ramo da ciência” (p. 18)⁸.

8. Grifos no original.

Segundo este autor, o sentido amplo da expressão Geografia Agrária garante que, ao utilizá-lo, o pesquisador esteja envolvido com o estudo geográfico da agricultura e da pecuária.

Quanto à definição de Geografia Agrária, Valverde (1964, p. 21) salienta que algumas das expressões encontradas para definir este ramo da Geografia esbarram no conteúdo de estudos de outras ciências e, assim, a Geografia perde sua particularidade. Para sanar tal dificuldade, o autor propõe uma definição em que a descrição “das diferenças espaciais da superfície da Terra, do ponto de vista da exploração agrícola e da interpretação de suas causas”, seja considerada a forma correta a ser adotada, já que o ponto de vista regional utilizado para tal definição atribui uma característica própria e particular à Geografia.

Essa preocupação, denotada na década de 1960, demonstra o quanto o geógrafo agrário, apesar da produção numericamente expressiva, encontrava dificuldades para se posicionar diante do meio científico e mesmo diante de sua ciência de origem, buscando definir como se daria o entendimento geográfico da agricultura ou o pensar geográfico sobre agricultura.

Para a década de 1970, grandes mudanças revelam um objeto de estudos modificado. O processo de modernização da agricultura levou ao campo novas formas de produzir, relações de trabalho mais apropriadas à lógica do sistema capitalista, numa situação na qual a indústria passa a ser produtora de insumos para a agricultura e consumidora de bens agrícolas.

Um cenário de transformações também é sentido no ambiente acadêmico pelas mudanças metodológicas que ocorrem no meio científico da Europa e da América anglosaxônica. No Brasil, os estudiosos começam a discutir o assunto e algumas tendências são projetadas. Os trabalhos ligados especificamente à definição e à explicação da Geografia Agrária demonstram preocupação com a definição de uma nova ordem teórico-metodológica que responda ao conteúdo e à natureza da atividade agrícola, praticada sob nova lógica, em consonância com as diretrizes do novo paradigma geográfico.

A preocupação dos autores neste período está em determinar qual o campo e a metodologia que melhor se adaptam aos estudos agrários. Definir objeto e método da Geografia Agrária é o objetivo do estudo de Megale (1976), que levanta a discussão com base em trabalhos realizados por autores tradicionais da área. Trata-se de uma revisão, na qual o entendimento da Geografia Agrária está atrelado ao posicionamento de alguns autores, já tratados aqui.

Em seu trabalho, Megale (1976) recupera as proposições de diferentes geógrafos, considerados clássicos, que de alguma forma contribuíram para o entendimento da Geografia Agrária. Após discutir os conceitos principais que envolvem a compreensão da agricultura, pela ótica da Geografia, o autor conclui que “a compreensão total da atividade agrícola é o objeto da geografia agrária” (p. 7).

Ao recuperar a contribuição de autores clássicos, como Faucher, Waibel, Valverde, entre outros, Megale (1976) oferece uma revisão dos posicionamentos tomados durante

as décadas de 1940 e 1950 na Geografia, no que concerne à agricultura. Não é patente no trabalho a preocupação em avançar na discussão sob os novos métodos em evidência no período, uma vez que o autor fez uso dos trabalhos de autores da chamada “Geografia Tradicional”. Nesta perspectiva, Megale (1976) procura indicar o que (objeto) e como (método) é estudada a Geografia Agrária, como parte da Geografia, uma ciência humana:

“A Geografia, como ciência humana, tem o método das ciências de observação (...) Nós, nas ciências da observação – ciências humanas –, não trabalhamos diretamente com a realidade. Colhemos dados desta, constituindo estes dados as instâncias empíricas: dados ou informações de uma situação real, viva, dinâmica. Com estes dados é que procuramos descobrir a causa do problema estudado” (Megale, 1976, p. 12-13).

O método de pesquisa aqui destacado fala da investigação geográfica fundamentada na observação como meio de coleta de informações e dados.

Contrariamente, preocupado com a renovação da Geografia Agrária, Diniz (1973) propõe que os fenômenos geográficos, em virtude de uma renovação metodológica em curso, deveriam ser analisados sob novas concepções e que o estudo geográfico da agricultura deveria se enquadrar neste processo⁹.

Segundo este autor, o estudo da agricultura feito pela Geografia foi o que menos evoluiu quanto à renovação, tanto por ainda existir o aprisionamento a concepções tradicionais como pelo fato de não existir um corpo teórico sólido que explicasse os fenômenos agrários.

Preocupado em explicar a origem da renovação da Geografia Agrária e como ela repercutiu no Brasil, Diniz (1973) parte da explicação da Geografia Agrária Tradicional, mostrando seus fundamentos principais confrontados com os novos conceitos.

Iniciando com a Geografia da Paisagem Agrária, na qual a observação da paisagem natural ou transformada era o ponto central, o autor examina os elementos da paisagem rural, a influência do meio físico na execução da atividade agrícola e a preocupação com a abordagem histórica como as características próprias desta corrente. Diniz (1973) preocupa-se em mostrar os componentes da análise:

“Os trabalhos de Geografia Agrária mais recentes, e mesmo a metodologia iniciada por diversos autores ligados a essa concepção, não se restringem à descrição da morfologia agrária, ou seja, das culturas e do ‘*habitat*’ rural. Outros elementos passaram a ser destaque, como os chamados sistemas agrários ou de cultivo, englobando as técnicas de rotação associadas a outros fatos agrários, numa nova tentativa de obtenção de síntese. Um outro fato da

9. Apesar de ser um trabalho datado do início da década de 1970, a abordagem efetuada privilegia os aspectos que marcaram os estudos de Geografia Agrária até sua publicação, não indicando propriamente uma análise sobre a referida década.

organização agrária que passou a ser intensamente estudado foi a forma de propriedade e de exploração da terra, englobadas sob o nome de ‘estrutura agrária’” (p. 35).

A Geografia Econômica da Agricultura é outra concepção tratada por Diniz (1973) e tem no estudo idiográfico seu fundamento, apresentando as seguintes características: “primeira, a ênfase na descrição da distribuição de produtos e rebanhos; segunda, a grande correlação entre essa distribuição e os fenômenos de ordem física; terceira, a definição das ‘regiões agrícolas’” (p. 36).

A influência desta corrente nos estudos da década de 1970 é visível. Para Diniz (1973), tais idéias estão inseridas nos estudos de classificações regionais agrícolas, nos quais os princípios da subordinação às divisões climáticas marcam a persistência de tais concepções.

Para precisar o início do processo de renovação, o autor salienta que ela surge com a contestação às idéias tradicionais, buscadas em novos caminhos conceituais, analíticos e teóricos.

“O início da renovação na Geografia Agrária pode ser entendido como o período em que se procurou aumentar a acuidade visual do geógrafo, não mais pela observação da paisagem, mas pelo uso de fotografias aéreas, e tentou-se obter classificações mais objetivas e significantes” (Diniz, 1973, p. 39-40).

As mudanças ocorridas na Geografia Agrária Brasileira foram conseqüência da atuação de duas comissões da União Geográfica Internacional. No trabalho de Diniz (1973), as recomendações da Comissão da UGI quanto aos estudos em Geografia da Agricultura propuseram uma análise da agricultura como um sistema no qual os elementos, características ou propriedades da atividade é que deveriam ser usados na definição tipológica. São os chamados elementos internos, divididos em sociais, funcionais e de produção. Aqui o que se tem é a valorização de elementos de características sociais e econômicas, sugerindo já uma mudança no conteúdo de estudos da Geografia Agrária.

Diniz (1973) coloca em evidência os fatos que marcaram tais mudanças. Sua preocupação é mostrar as principais características do período, admitindo a dificuldade de defini-lo exatamente. Entretanto, é possível afirmar que

“(…) os princípios da Tipologia Agrícola afastam-se, nitidamente, de uma Geografia idiográfica, esse período mais recente da renovação engloba os conceitos dominantes na Geografia Teórica atual. A Geografia é uma ciência de análise, que procura associações espaciais, podendo transformá-las em padrões, modelos e leis. Caem por terra, portanto, os conceitos de uma Geografia sintética e de descrição do único (Schafer 1953)” (p. 49).

Para caracterizar o período tratado, no texto, de renovação da Geografia Agrária, são considerados três elementos: “primeiro, a utilização de métodos quantitativos, sobretudo

de modelos taxonômicos; segundo, o de desenvolvimento ou ampliação de teorias de localização; terceiro, o enfoque sistêmico” (Diniz, 1973, p. 49). Estes elementos são estudados detalhadamente pelo autor e ao final, em sua conclusão, ele afirma que “a fraqueza da Geografia Agrária decorre mais da falta de métodos do que de desinteresse e, por esta razão, é que reforçamos a necessidade de maior base conceitual para nosso trabalho” (p. 73).

A Geografia Agrária, a esta altura, já está consolidada, mas passa por transformações. As novas perspectivas metodológicas e as mudanças na forma de produzir na agricultura deram ao agro nova configuração, que precisa ser compreendida – esta é a preocupação do geógrafo da década de 1970.

“Temos a impressão de que alguns aspectos da agricultura deverão receber maior cuidado do geógrafo: a relação entre o sistema agricultura e a política governamental; a difusão de inovações na agricultura, e o enquadramento global do sistema agrário no sistema urbano mais amplo. Na realidade, recomendamos como mais importante, no momento, temas que procurem explicar o *funcionamento* do sistema, embora não desprezemos as classificações, necessárias como primeira etapa de estudos” (Diniz, 1973, p. 72-73)¹⁰.

Sob título bastante sugestivo *Os estudos de Geografia Rural no Brasil: revisão e tendências*, Gusmão (1978) faz uma análise dos principais enfoques dos estudos em Geografia Rural no Brasil, concordando com as afirmações feitas por Diniz (1973).

Falando de três fases diferentes que compõem o percurso traçado pelos estudos rurais, o autor preocupa-se com a caracterização de cada uma destas fases, expondo, ao final, as tendências que se mostraram como definidoras dos novos caminhos a serem seguidos.

Diferentes formas de estudar o meio rural definiram as fases tratadas por Gusmão (1978). Primeiramente, a descrição/explicação das diferenciações do espaço agrário por meio da realização de trabalhos de campo, que resultou em estudos de diferenciação de áreas, paisagens rurais, distribuição espacial de produtos agrícolas e rebanhos. “Portanto, essa primeira fase dos estudos rurais valorizava, essencialmente, a pesquisa de campo e procurava, principalmente, caracterizar as diferenciações existentes no espaço agrário” (p. 58).

Em um segundo momento, a Geografia Rural, segundo o autor, passou a preocupar-se com a ordem conceitual e metodológica de realizar as pesquisas, buscando a identificação de tipos de organização agrária, num caráter classificatório, conforme modelos estatístico-matemáticos.

“Nessa fase dos estudos rurais, feitos pelos geógrafos brasileiros, a preocupação fundamental foi a da aplicação de técnicas revelada no próprio título dos trabalhos, que, em geral, indicava a técnica a ser utilizada. Esse aspecto pode ser encarado como natural num campo

10. Grifo no original.

de estudo antes essencialmente apoiado em descrições e explicações, sem suporte em mensuração” (Gusmão, 1978, p. 59).

Os estudos rurais buscaram, a partir da introdução do conceito de desenvolvimento rural, reunir população e atividades agrárias em uma única abordagem:

“... o problema agrário não poderia ser analisado apenas com uma abordagem restrita às características internas ao estabelecimento rural, mas deveria ser tratado dentro de um contexto mais amplo, que procurasse explicar a estrutura espacial da agricultura brasileira” (p. 60).

Novamente a questão pragmática é citada, destacando que os geógrafos deveriam estudar os problemas rurais, não só considerando a distribuição espacial da produção, mas compreendendo a estrutura espacial do desenvolvimento rural.

Em suas considerações finais o autor lembra que nas tendências por ele analisadas, é possível a identificação dos paradigmas que marcaram o desenvolvimento da Geografia brasileira. O paradigma de diferenciação de áreas marcou a fase idiográfica dos estudos rurais; o paradigma classificatório orientou as pesquisas sobre tipologias agrárias; o paradigma da ação sobre o espaço fez as pesquisas em agricultura tornarem-se pragmáticas em função do desenvolvimento do espaço rural.

O trabalho de Gusmão (1978) apresenta um fato que o distingue dos demais. O autor é um dos poucos que utiliza o termo rural, em lugar de agrário, para designar seu objeto de estudo. Não existe por parte do autor uma justificativa para tal escolha, porém podemos supor que a referência ao rural indica o local onde se efetiva a atividade agrícola, ou seja, o meio rural; interessam os estudos alusivos a este local e não somente à atividade aí realizada.

Quando Gusmão (1978) utiliza o termo rural, refere-se a estudos rurais, ou seja, a estudos realizados sobre o espaço rural, tratando das diferentes formas de abordagem do espaço rural pela Geografia.

Pretendendo discutir os vários problemas que envolvem a Geografia da Agricultura, Ceron & Gerardi (1979) tratam deste tema sob uma perspectiva diferenciada dos demais autores. Tratada em virtude de seu campo de conhecimento teórico e campo de pesquisa, os autores discutem a Geografia da Agricultura como disciplina ministrada nos cursos universitários.

Como disciplina, os autores afirmam que o conteúdo ministrado era inadequado e desatualizado quanto às novas características da Geografia Agrária e, em especial, que a tradição dos estudos vinha sendo a não-aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos, bem como a desvinculação dos problemas próprios à Geografia.

Definindo o campo de estudos da Geografia da Agricultura, Ceron & Gerardi (1979, p. 61) afirmam que é o da atividade espacial agrícola. “O ponto de vista do geógrafo

agrário é o espacial e dirigido particularmente para o arranjo e a distribuição dos padrões de atividade agro-pecuária bem como para seus processos geradores cuja dinâmica procura analisar e compreender na dimensão espaço-tempo”.

Numa perspectiva histórica, os autores falam da atividade agrícola como um sistema, analisado pelos geógrafos em função dos componentes da organização agrária, considerados únicos e inventariados numa perspectiva em que o meio natural era o fator determinante, definidos metodologicamente por “esquemas de raciocínio indutivo, nos quais as generalizações eram desenvolvidas a partir da experiência com aspectos encontrados no mundo real” (p. 62).

Em outra fase, a quantificação de aspectos ligados à atividade agrícola gerou estudos sobre “tipologia agrícola ou regionalização da agricultura realizados com a utilização de grande número de variáveis, para grandes áreas e com o auxílio de técnicas estatísticas de taxonomia aplicadas através da computação eletrônica” (Ceron & Gerardi, 1979, p. 62).

Mais contemporânea ao texto e aos autores, uma terceira fase denota

“(...) a preocupação com o homem do campo e suas condições de vida, transcendendo assim a preocupação pura e simples com fatos importantes como produção, produtividade, sistemas de cultivo, estrutura fundiária, etc., porém desvinculados de suas implicações mais profundas quer com o próprio nível de vida do trabalhador rural, quer com o contexto geral da economia e sociedade” (p. 62).

Os autores preocuparam-se ainda com o que designaram como quatro problemas metodológicos da Geografia Agrária da década de 1970: análise de processos decisórios em detrimento de padrões espaciais, nos quais “padrões e processos interagem numa relação contínua e circular de causa-e-efeito” (Ceron & Gerardi, 1979, p. 63); formulação de modelos e teorias que possibilitem a compreensão dos processos de decisões e os respectivos padrões espaciais oriundos; utilização de quantificação como “técnica auxiliar da análise com grandes vantagens, particularmente para solução de problemas de natureza complexa” (p. 66); definição e respeito ao posicionamento ideológico-filosófico do pesquisador.

Os autores sugerem que os rumos para a pesquisa em Geografia Agrária deveriam seguir duas direções: pesquisa teórico-metodológica e técnica, além de estudos de caso vinculados ao planejamento tendo em vista o desenvolvimento rural.

Nestas últimas palavras dos autores, fica evidente qual a preocupação do geógrafo agrário no final da década de 1970.

“Pretende-se aqui despertar um interesse maior às medidas governamentais que na teoria ou na prática visam o desenvolvimento rural e testar estas políticas através de uma análise crítica face à realidade econômica e social vigente. É nesse tipo de estudo, que pode ter um caráter específico ou pode estar incluído em qualquer dos itens citados anteriormente, que o

Geógrafo, como cientista social e cidadão consciente, deve se posicionar, oferecendo sugestões que possam contribuir para o desenvolvimento rural em termos de qualidade de vida, acesso à terra e aos outros meios de produção” (Ceron & Gerardi, 1979, p. 68).

Observamos que, para a década de 1970, na opinião dos autores, a Geografia Agrária deveria ter um caráter pragmático, realizando estudos que gerassem resultados a serem sentidos pelos envolvidos no processo: os agricultores. A própria definição da Geografia como ciência social reflete essa perspectiva. Segundo Ceron & Gerardi (1979), o grande mérito dessa fase da Geografia Agrária deve-se ao fato de que, na busca de uma aplicação prática, “há a volta do geógrafo para a realidade” (Ceron & Gerardi, 1979, p. 62).

Essa volta à realidade é resultado de uma maior aproximação da Geografia Agrária com as ciências afins, sob uma ótica social e econômica. Percebe-se, por essa aproximação, que a perspectiva determinista ambiental, bem nítida em outros momentos do desenvolvimento da ciência geográfica, perde espaço para uma avaliação social da agricultura. Não são mais o solo ou o clima os fatores principais da produção agrícola, mas o agricultor e seu trabalho.

A grande controvérsia, em finais da década de 1970, diz respeito à contribuição dada pela Geografia para a discussão e o equacionamento da questão agrária brasileira. Segundo Silva & Mesquita (1979), a Geografia sofreu nesse período um questionamento quanto à sua responsabilidade com relação à sociedade, passando a ser considerado o bem-estar da população e a questão agrária como temática a ser privilegiada.

“Entre os cientistas sociais, têm sido os geógrafos aqueles que menos explicitamente têm se envolvido com a temática da questão agrária. O exame da literatura geográfica brasileira, voltada para os assuntos agrários, revela que a problemática social da agricultura só tem sido tradicionalmente privilegiada, por profissionais dessa formação, nas regiões em que, no território nacional, a questão agrária assume formas muito concretas” (Silva & Mesquita, 1976, p. 46).

O tratamento da questão agrária foi efetuado sob óticas distintas e marcou o surgimento de uma preocupação social nos trabalhos geográficos. Aqueles ligados à definição e à caracterização da Geografia Agrária trouxeram consigo uma percepção ainda não avaliada, na qual a paisagem, o espacial perderam referência. Uma visão crítica é empreendida, o que fez mudar toda a análise deste ramo da Geografia.

Na década de 1980, a discussão teórica a respeito da definição de Geografia Agrária é suplantada pelo movimento de renovação paradigmática da Geografia, que estabelece uma ótica social no pensar o agro. Entretanto, alguns trabalhos são escritos resgatando e resumindo a trajetória dos estudos agrários e outros, apontando as novas direções a serem tomadas por esses estudos.

Tratando de temas e tendências da Geografia Agrária brasileira, Teixeira (1981) apresenta uma contribuição com a finalidade de revisar e indicar tendências dos estudos de

Geografia Rural (assim designada pelo autor). Sem preocupação cronológica, apresenta alguns temas que foram tratados pela *Geografia Agrária no Brasil* (Teixeira, 1981, p. 83)¹¹, em estudos

“representando uma tendência regionalista (...); a propósito do comportamento de um produto agrícola (...); de temas interessando a colonização e seus corolários (...); do hábitat (...); de frentes pioneiras (...) Esta evolução da Geografia Agrária (e urbana) francesa em direção às noções de civilização (vizinha às dos historiadores como Fernand Braudel e outros) permitiu um avanço dos estudos agrários em direção à temática social, mas foi interrompida de fora (tendência anglo-saxônica) pela geografia quantitativa, eminentemente formalista, enquanto estudando o espaço” (Teixeira, 1981, p. 85).

Sob o título *Algumas reflexões em torno da Geografia Agrária*, Edi M. Longo (1983) caracteriza com maior ênfase a sociedade agrária e não o ramo da ciência geográfica da qual diz oferecer reflexões.

A autora, em seu texto, não define claramente o que estaria sob a responsabilidade da Geografia Agrária. Suas reflexões referem-se à sociedade ou à problemática agrária do país sob a perspectiva histórica.

Este trabalho oferece uma pista do rumo tomado pelos estudos geográficos sobre a agricultura que não necessitam mais definir-se. O objetivo, a metodologia, o conteúdo deixam de ser a preocupação; a organização da atividade agrícola é o elemento de análise. Não a paisagem, a distribuição, mas a forma de produzir, dominada pelo sistema capitalista.

“Observa-se então, que, embora as paisagens do campo e das cidades sejam diferentes, ambas acabam por formar uma só realidade, comandada é claro pelo meio urbano, que é o centro do controle econômico, social e político” (Longo, 1983, p. 46).

Talvez seja esta pista que nos leve a justificar uma mudança de abordagem do espaço agrário. Entretanto, o que é evidente é a perda de hegemonia da atividade agrícola, fundamental em outros períodos. Por outro lado, as diferenciações espaciais, as diversas formas de organização do espaço agrário persistiram e deveriam ser a prioridade dos estudos sobre a atividade agrícola.

Tratando de Geografia e Agricultura, Diniz (1984) oferece uma contribuição bastante clara quanto à definição e à conceituação dos estudos sobre agricultura.

“A Geografia Agrária ou da agricultura sempre se preocupou com a caracterização dos lugares em função de atributos agrícolas. O seu caráter espacial está assentado há muito tempo e, embora as definições variem, todas coincidem neste ponto (...)

11. O próprio autor intitula o texto de um estudo sobre Geografia Rural e no seu desenvolvimento utiliza a designação Geografia Agrária.

(...) a Geografia da Agricultura é uma análise espacial em que se procura descobrir por que as distribuições espaciais estão estruturadas de uma determinada forma (...)

(...) a Geografia da Agricultura é mais restrita, fundamentalmente econômica, enquanto a Geografia Rural é mais ampla, tratando também das formas de povoamento, de questões demográficas mais profundas, das formas de ocupação não agrícola da terra rural e dos seus conflitos com a agricultura, das condições de vida das populações rurais e dos seus problemas” (p. 30-1).

Observamos que, diferentemente de outros ramos da ciência geográfica, a Geografia Agrária apresenta diferentes designações em função da prioridade que se dá a cada fato que envolve a produção agrícola. Não existe, excetuando-se o trabalho de Diniz (1984), nenhum outro que trouxesse à baila tal discussão. Podemos notar que nos preocupamos, aqui, em trabalhar a definição e a caracterização da Geografia Agrária, segundo diferentes autores em momentos distintos e parece que o consenso geral é de que o termo agrária é a melhor escolha, ou, ao menos, o mais utilizado. Como assinala Diniz (1984), o caráter espacial das análises é que define os estudos geográficos sobre agricultura.

Seguindo na discussão dos trabalhos encontrados para a década de 1980, dois se destacam por ter sido apresentados no fórum de debates geográfico sobre o agro. Em trabalhos apresentados em duas edições distintas dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs), Maria do Carmo Corrêa Galvão (1987 e 1988) centraliza suas preocupações nas perspectivas teórico-metodológicas e nas investigações em Geografia Agrária.

Nesse sentido a autora destaca o encaminhamento dado à Geografia Agrária, buscando uma sintonia maior no que concerne ao estudo da realidade e no desenvolvimento deste ramo, acompanhando os avanços da Geografia.

Num contexto de complexidade, proporcionado pelas peculiaridades da atividade agrícola, a autora aponta que a Geografia Agrária passou, ao longo do tempo, pelas mesmas indagações impostas ao pensamento geográfico. Assim Galvão (1987) fala de dois momentos que marcaram a renovação da Geografia Brasileira: a revolução teórico-quantitativa e o materialismo histórico. “A eles se articulam a compreensão e a projeção de novas perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia Agrária neste fim de século, representando, a meu ver, um terceiro momento ainda *emergente* daquele processo que, em si mesmo, é permanente e contínuo” (p. 4)¹².

A revolução teórico-quantitativa e o materialismo histórico e dialético são apontados como os momentos marcantes no encaminhamento teórico-metodológico dado à Geografia Agrária. Segundo a autora, a revisão metodológica e a busca de novas formas para explicar a realidade em mutação é o novo ponto a que chegou a Geografia.

A Geografia Agrária precisa responder e compreender o processo de transformação por que passa o meio rural. A articulação e interação entre o rural e o urbano, resultando

12. Grifo no original.

numa nova concepção de espaço agrário, coloca-se, segundo a autora, como elemento de revitalização dos estudos de Geografia Agrária.

“A compreensão dos problemas agrários passa a exigir, de forma cada vez mais presente, uma análise ampla e cuidadosa das relações entre o rural e o urbano, (...) (...) Para a Geografia Agrária, entretanto, as relações campo/cidade têm muitas outras conotações, constituindo referencial básico imprescindível, seja para o estudo da agricultura enquanto atividade produtiva, seja para o estudo da população nela envolvida enquanto agente de produção, seja ainda para a compreensão do próprio espaço agrário, enquanto segmento individualizado de um contexto espacial maior no qual se insere” (Galvão, 1987, p. 9-10).

Para responder às novas perspectivas colocadas pelo espaço rural, a autora diz que a relação campo/cidade tem como alternativa de análise o ponto de vista da percepção, que oferece novas oportunidades de investigações, visto que pode propiciar “um melhor equacionamento de questões ainda não resolvidas, dentre as quais a do ‘ajustamento’ (?) entre a decisão pontual (do produtor) e a dimensão espacial (da produção), que consiste num dos seus grandes entraves metodológicos” (Galvão, 1987, p. 16).

Bray (1987), ao estudar a trajetória teórico-metodológica da Geografia Agrária no Brasil, também destaca sua característica de atrelamento à realidade e diz ser preciso “entender o papel desempenhado pelos geógrafos agrários no contexto do movimento da sociedade e na relação com os demais estudiosos da agricultura brasileira” (Bray, 1987, p. 4).

Segundo este autor, a Geografia Agrária brasileira pautou-se pelo movimento da sociedade e pela influência de outros estudiosos do agro brasileiro. É sob este enfoque que o autor aborda a trajetória da Geografia Agrária no Brasil, que pode ser resumida em seus principais momentos pelas características básicas de cada época.

O período de estruturação da Geografia Nacional tem como característica importante, segundo o autor, o fato de a Geografia estudar os fenômenos ligados à agricultura, sem participar dos movimentos agrários do país, nem mesmo contatando outros pesquisadores não-geógrafos. Aqui prevaleciam os paradigmas dos geógrafos agrários europeus.

Influenciado por Caio Prado Jr., o geógrafo Manuel Correia de Andrade é citado como aquele que rompeu com este elo e discutiu os movimentos agrários no Nordeste. Para Bray (1987), é o momento de comunhão entre o geógrafo e o movimento da sociedade, aquele em que o cientista passa a produzir também como cidadão. Apesar de tal influência, as referências teóricas e técnicas européias permaneceram e o autor considera o geógrafo agrário da época um “cientista neutro” (Bray, 1987, p. 10).

Na década de 1970, as formas de analisar o agro brasileiro mudam sob a influência do neopositivismo e da ótica da agricultura moderna, numa visão “crítica conservadora”. Ao findar desta década, e durante a seguinte, rompe-se o chamado academicismo formal e os geógrafos passam a trabalhar mais intensamente com outros estudiosos da agricultura brasileira.

“A década de 80 será marcada pela descolonização da geografia agrária nacional e uma vinculação ampla com os demais estudiosos da agricultura. Desenvolve-se um discurso mais voltado para as questões da agricultura nacional, alicerçadas na ótica marxista, através das transformações dos modos de produção capitalista no país” (Bray, 1987, p. 12).

Observamos pela exposição do autor que sua preocupação esteve voltada para a identificação dos aspectos que influenciaram a produção geográfica nacional sobre agricultura. A influência de outros cientistas nos estudos agrários em Geografia ainda não havia sido discutida até então. Mesmo por esta ótica não se nota nenhuma preocupação do autor com a definição e a caracterização da Geografia Agrária nacional. Sua prioridade volta-se para os diferentes enfoques atribuídos a tais estudos e o que influenciou em tais escolhas. Todavia, a contribuição de Bray (1987) é oportuna quando se trata de avaliar como e sob que influências os estudos agrícolas se encaminharam no Brasil.

Em seu outro trabalho, Galvão (1988), preocupada com a investigação em Geografia Agrária, faz uma rápida revisão do que foram os ENGAs e como eles refletiram as indagações e o desenvolvimento do geógrafo agrário no Brasil.

Destacando o esquema teórico que vê na luta de classes e na lógica do capital a solução para explicar a diversidade na agricultura, a autora preocupa-se em mostrar que tal estrutura analítica não responde à dinâmica do espaço agrário. Assim, afirma que a Geografia Agrária deve atender à dinâmica da sociedade, que, em transformação, ultrapassa os limites das relações econômicas.

Uma série de indagações é apresentada e talvez seja esta a contribuição maior da autora que discute a trajetória e a “escolha” teórica feita pela Geografia Agrária. Nesse sentido, a autora pergunta:

- pelos eixos de abordagem adotados, não estava a Geografia Agrária se encaminhando para a autolimitação?
- centrar na produção e no consumo a possibilidade de compreender os mecanismos de decisão não limita a análise à determinação somente dos ganhos e da acumulação?
- o prisma da estrutura de classes não limita a análise quanto à organização, administração ou gestão do território?
- a percepção do papel do espaço como agente de processos sociais não é cercada numa análise generalizante?
- a diferenciação da realidade conseguida via escala geográfica de análise não está comprometida?
- dar prioridade às características internas da agricultura leva à marginalização das externas e, assim, não haveria uma separação entre discurso e prática?

Num momento em que já é possível identificar diferentes formas de abordar a agricultura por um período de tempo que indica diferentes fases, Galvão (1987 e 1988) preocupou-se em indicar as perspectivas dos estudos futuros tendo como referência o que já havia sido produzido.

Um ponto comum nos trabalhos arrolados, diz respeito à necessária associação do desenvolvimento da Geografia Agrária ao movimento da sociedade e da própria ciência como um todo.

A preocupação com a realidade, como a temática social, é fato presente nos trabalhos analisados, referentes aos anos 80. Observamos uma inquietação dos autores quanto ao caminho a ser seguido pela Geografia Agrária brasileira, demonstrando até um descontentamento com o que foi produzido até o momento. Excetuando-se o trabalho de Diniz (1984), que demonstra uma preocupação com a definição deste ramo de estudos geográficos, os outros textos se preocuparam em interpretar o modo de pensar do geógrafo sobre a agricultura, identificando como os estudos sobre agricultura se desenvolveram. Talvez a preocupação conceitual *stricto sensu* tenha desaparecido em função das novas preocupações que marcaram a Geografia e a Geografia Agrária diante das transformações da ciência e da sociedade.

Os períodos e fases de desenvolvimento da Geografia Agrária no Brasil

As expressões fases, períodos, escolas estão sempre presentes nos trabalhos que avaliam a trajetória de um determinado conteúdo. Sabe-se que os fatos físicos, sociais, espaciais e científicos não apresentam uma história linear, mas sim um encaminhamento com características próprias a cada momento específico. Isto evidencia a presença de períodos ou fases com conteúdos e características próprias.

Neste trabalho, tratamos do modo geográfico de ver a agricultura. Um modo de ver que não se desenvolveu de forma homogênea, mas que apresentou singularidades advindas do objeto em análise, ou seja, uma ciência e uma atividade econômica em movimento. Trata-se da própria sociedade em movimento, o que determina momentos históricos, definidos claramente ou não, mas que sintetizam mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Partindo do princípio de que estamos tratando de fatos e aspectos reais, verdadeiros, produzidos ao longo do processo de desenvolvimento e fortalecimento de uma ciência, determinar ou indicar as diferentes fases ou períodos por que passou tal ciência pode auxiliar no entendimento integral e completo deste ramo do conhecimento científico.

Para a análise aqui proposta, uma das variáveis consideradas foi a temporal, ou seja, definimos períodos fechados que circunscrevem décadas e permitem uma sistematização quantitativa das informações. Sabe-se que esta rigidez em períodos fechados não é verdadeira, já que a ciência não se desenvolve segundo parâmetros previamente estabelecidos e de maneira tão uniforme. Uma nova forma de análise ou paradigma começa a se delinear em função da decisão tomada por um grupo científico, que então dissemina tal proposta. Assim, as novas formulações atuam concomitantemente à forma presente naquele momento. Podem-se identificar as novas formulações sem que tenha havido o abandono das idéias correntes.

Para a definição das fases de encaminhamento da Geografia Agrária no Brasil, tomamos como fundamento alguns autores que também tiveram tal preocupação e nos indicam algumas pistas para que possamos pensar com maior clareza na variável tempo, que não aparecerá sozinha, isolada, mas refletirá um movimento da realidade social e científica de nosso objeto. Alguns trabalhos ora analisados já foram referência na busca da definição da Geografia Agrária e são retomados sob outro enfoque.

A avaliação das propostas de diferentes autores sobre a fixação de fases de desenvolvimento da Geografia Agrária também é perceptível nos trabalhos de diferentes autores em períodos distintos. Assim, o trabalho que consegue traçar de forma mais completa a história da Geografia Agrária no Brasil é o de Diniz (1984), por ser o mais contemporâneo e, portanto, discutir todas as transformações por que passou a Geografia Agrária brasileira.

A primeira referência¹³ sobre uma periodização para os estudos agrários na Geografia é proporcionada pelo trabalho de Orlando Valverde (1964) sobre a Geografia Agrária no Brasil. Este autor aponta duas fases para o desenvolvimento dos estudos agrogeográficos no país. Uma primeira, que inclui trabalhos dos séculos XVIII e XIX, nos quais a preocupação com o método científico era inexistente. São os chamados não-geógrafos, representados pelos cronistas coloniais, viajantes e estudiosos que se interessavam pelo registro de informações sobre diferentes culturas.

A segunda fase (1900-1950), definida por Valverde (1964) e que alcança o período da República, difere da anterior por ter trabalhos elaborados por geógrafos de formação universitária.

No período que vai do início até meados da década de 1930, os geógrafos franceses são os pioneiros, chegados ao país em momentos diferentes. Pierre Dênis é o primeiro a dedicar-se à Geografia Agrária e sua obra é incomparável até a chegada de Pierre Deffontaines, que permanece no Brasil por seis anos (1934-1940). Pierre Monbeig influenciou a formação do geógrafo paulista em temas ligados à agricultura. Léo Waibel é um dos últimos destaques franceses: de 1946 a 1950, elaborou estudos bastante conhecidos, atuando no Conselho Nacional de Geografia. Trata-se da fase de sistematização da ciência geográfica no país e suas formulações estão diretamente ligadas à influência da escola francesa.

É importante salientar que esse trabalho de Valverde (1964) marca o momento de estruturação da Geografia no Brasil. Sua preocupação ainda está em definir os caminhos a serem trilhados pela Geografia Agrária. É o registro do início da história.

“A Geografia Agrária é, em última análise, a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida, quotidiana e silenciosa. Ela permanece, desse modo, no seu substrato, como um estudo essencialmente econômico.(...)”

13. Merece referência o trabalho de Elio Migliorini (1950) sobre o desenvolvimento da Geografia Agrária. Entretanto, sua análise não será aqui tratada, porque o autor não faz alusão a estudiosos e trabalhos brasileiros, mas trata do desenvolvimento da Geografia Agrária na Alemanha, na França e na Itália, portanto fugindo ao objetivo aqui proposto de avaliar a trajetória dos estudos nacionais em Geografia sobre agricultura.

Só assim, bem caracterizada no seu aspecto qualitativo e quantitativo, a Geografia Agrária adquirirá cunho científico e terá utilidade prática. Amputada de uma de suas partes, ela poderá proporcionar matéria para elegantes conferências, cheias de erudição, mas jamais contribuirá para a solução de qualquer dos problemas que afligem o homem” (p. 37).

A partir do texto de Valverde, uma série de outros trabalhos podem ser considerados. Entretanto, é importante salientar que são trabalhos de final da década de 1970 e início da de 1980, quando se registra a trajetória da Geografia Agrária no Brasil¹⁴.

Outro autor que também avalia temáticas relacionadas à maneira de focar a atividade agrícola na Geografia é Rivaldo Gusmão (1978), que trata, como vimos anteriormente, dos enfoques preferenciais dos estudos rurais no Brasil. O conjunto dos enfoques assinalados pelo autor apresenta um quadro cronológico composto por três fases.

A primeira delas, estudos rurais de diferenciação de áreas, desenvolve-se da década de 1940 até o início dos anos 70. Os estudos classificatórios do espaço rural, com base em modelos estatísticos-matemáticos, caracterizam o fim da década de 1960 e início da de 1970. A terceira fase, a partir de 1975, é marcada pelos estudos de desenvolvimento rural que procuraram analisar a agricultura no contexto da estrutura espacial brasileira.

Para Gusmão (1978), as três fases assinaladas não foram excludentes e os enfoques acumularam-se, sendo possível identificar sua coexistência ainda hoje. Outro aspecto assinalado pelo autor diz respeito à tendência seguida pelos estudos rurais brasileiros em relação ao paradigma da ciência geográfica. Há uma conjugação entre os enfoques detectados e os paradigmas geográficos.

Também determinando três fases de desenvolvimento, no trabalho de Ceron & Gerardi (1979) há referência cronológica. São definidas fases que marcaram o desenvolvimento dos estudos de Geografia Agrária no Brasil. A primeira estende-se de 1920 a 1950, na qual se multiplicaram os trabalhos ligados à “classificação da agricultura por áreas ou espaços delimitados de acordo com os mais diferentes critérios” (p. 62).

Situada genericamente na década de 1960, a segunda fase apontada pelos autores enfatiza a tipologia da agricultura, em estudos que utilizaram grande número de variáveis, trabalhadas segundo técnicas estatísticas de taxonomia.

Outra fase, referente ao final da década de 1970, contemporânea aos autores, abraçou estudos preocupados com o homem do campo e suas condições de vida, avaliando diferentes aspectos do desenvolvimento rural.

Alguns textos¹⁵ citados não têm a Geografia Agrária como objeto de análise, mas por tratar da história da Geografia no Brasil trazem referências que não podem ser esquecidas, já que boa parte da Geografia nacional foi dedicada aos estudos agrários.

14. O trabalho de Diniz (1973) discute o momento específico que marcou a mudança metodológica da Geografia Clássica para a Quantitativa, sem fazer referência a uma periodização.

15. O livro de Manuel Correia de Andrade (1987), *Geografia Ciência da Sociedade*, apresenta a história da ciência Geográfica no Brasil e no mundo. Apesar disso, as referências aos estudos agrários são mais esparsas, diferentemente das dos trabalhos aqui citados.

Neste sentido, em um trabalho específico sobre *A Geografia no Brasil (1934-1977)*, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro (1980) oferece uma avaliação e revela tendências sobre o desenvolvimento da ciência geográfica no país.

A evolução desta ciência no Brasil apresenta um quadro cronológico que Monteiro (1980) define em função das temáticas de pesquisas desenvolvidas no país. São quatro intervalos de tempo definidos para o período de 1934 a 1977.

O primeiro deles, chamado de implantação da Geografia Científica (1934-1948), marca a criação dos cursos de Geografia e a fundação da AGB. No caso específico da Geografia Agrária, marca a realização de estudos desenvolvidos pelos franceses Deffontaines, Waibel e Monbeig, orientando e refletindo a escola francesa nas monografias que buscavam explicar a realidade nacional, agrária, nesta época.

O intervalo seguinte (1948-1956), na proposta de Monteiro (1980), marca a cruzada agebeana de difusão nacional. É um período marcado pela saída dos franceses do Brasil e pelo grande número de trabalhos de campo, realizados por intermédio da AGB. No caso específico da Geografia Agrária, o período marca a realização de estudos sobre distribuição espacial de produtos agrícolas, representados em cartogramas e comentários interpretativos.

O terceiro (1956-1968) é a primeira época da afirmação. Trata-se da existência de “uma comunidade ativa de geógrafos pesquisadores” (p. 18). As análises agrárias têm grande destaque nos trabalhos de Orlando Valverde. A *Revista Brasileira de Geografia* registra uma superioridade dos estudos agrários em relação aos demais, trabalhos que ainda eram realizados com base na descrição e na explicação de domínios. O início da década de 1960 marca uma mudança nesse processo e a urbanização e a industrialização trazem consigo transformações que passam a despertar mudanças metodológicas.

A segunda época da afirmação ocorreu de 1968 a 1977, último intervalo assinalado por Monteiro (1980). O ano de 1968 é o marco divisor e proclama a adoção da quantificação. O período evidencia um crescimento no número de trabalhos de Geografia Urbana. Este ramo da Geografia começa a ser consagrado como de interesse do geógrafo e ganha participação em detrimento dos estudos agrários e geomorfológicos, dominantes até então.

Para finalizar sua análise, o autor destacou para o ano de 1977 a reformulação na estrutura do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que passa a ter a Geografia Humana reorganizada pela abertura desta ao contato interdisciplinar com economistas e sociólogos. Este fato é importante porque evidencia a presença de formulações não-geográficas no discurso do geógrafo brasileiro, bastante evidente nos estudos agrários, discutidos mais adiante.

No trabalho de Monteiro (1980), os intervalos de tempo são bastante claros e definidos por fatos marcantes da história da Geografia. Sua referência é importante porque trata nitidamente da história da Geografia Agrária no Brasil quando utiliza as temáticas dos estudos como parâmetro para a definição da periodização.

Também definindo períodos de forma clara, Diniz (1984), em seu livro *Geografia da Agricultura*, apresenta cinco escolas com base nos conteúdos teóricos e metodológicos que marcaram os estudos geográficos sobre agricultura para diferentes épocas.

Iniciando com a chamada Geografia da Paisagem Agrária, o autor aponta que ela marcou o desenvolvimento da Geografia científica do século XIX ao começo do século XX. Esta escola apresentou quatro características: “a busca da síntese pela observação da paisagem, a compreensão da paisagem agrária como reação do homem ao meio, a associação com a história e a preocupação com as formas do ‘*habitat*’ rural” (Diniz, 1984, p. 36)¹⁶. Falando particularmente do desenvolvimento desta corrente no Brasil, o autor salienta que os primeiros centros geográficos brasileiros foram fundados sob a influência dessas idéias.

“O espaço brasileiro era, nas décadas de trinta e quarenta, muito pouco conhecido, e as pesquisas produzidas no âmbito universitário ou no antigo Conselho Nacional de Geografia tinham, naturalmente, uma grande preocupação com a descrição; os lugares precisavam ser conhecidos e excelentes monografias foram então produzidas. Assim, é muito natural que os estudos geográficos sobre a agricultura brasileira tenham sido, durante muito tempo, voltados à descrição da paisagem rural e de sua gênese” (p. 42).

Contemporânea à escola da paisagem agrária, a Geografia Econômica da Agricultura constitui-se, segundo Diniz (1984), numa segunda corrente dos estudos sobre a atividade agrícola. Suas características fundamentais são a descrição da distribuição de produtos e rebanhos, sua vinculação aos fenômenos do quadro rural e a definição de regiões agrícolas.

A terceira escola marca a influência do estruturalismo na Geografia e refere-se à Teoria da Combinação Agrícola. Entendida como fato dinâmico e como um fenômeno que ocupa uma superfície, a ênfase nos estudos das relações entre os elementos fez a Geografia inserir-se no pensamento científico.

A quarta escola passou a fazer parte das preocupações do geógrafo agrário brasileiro em meados dos anos 60 e foi influenciada pelas Comissões da União Geográfica Internacional. Sua fundamentação fez-se em função dos estudos de utilização da terra e de tipologia agrícola.

A quinta e última escola apontada por Diniz (1984) determina os novos rumos da Geografia da Agricultura, refletidos em dois enfoques: um teórico, econômico e quantitativo, buscando leis e aplicando modelos; outro social, preocupado “com as condições de vida da população rural, a apropriação dos meios de produção por diferentes classes sociais, e as questões de desenvolvimento rural” (p. 52).

Observamos pela proposta de Diniz (1984) que sua preocupação maior não está em definir intervalos de tempo fechados, constituindo períodos. Ele trata de correntes ou es-

16. Grifo no original.

colas, preocupando-se com a discussão das idéias em voga. A referência temporal é subentendida, mas é possível, em função do conteúdo, apontar três períodos principais: o primeiro dedicado à descrição e à compreensão da paisagem, numa Geografia Agrária descritiva; o segundo preocupado com a relação entre os elementos que explicavam a atividade agrícola e a forma como estavam distribuídos no espaço num contexto regional; e o terceiro voltado para o entendimento das condições sociais da atividade agrícola.

Estas definições permitem entender a trajetória da Geografia Agrária brasileira pela ótica dos paradigmas, ou seja, a Geografia Agrária como ramo de uma ciência que apresenta uma história, a qual não pode ser esquecida.

Com base nos trabalhos citados foi possível construirmos um Quadro Síntese que demonstra a trajetória da Geografia Agrária no Brasil. Para tal consideramos os diferentes aspectos tratados pelos autores por nós estudados, tais como: designação, períodos, paradigmas, características teórico-metodológicas, características socioeconômicas e temáticas. Julgamos, assim, que nossa proposta de avaliar a Geografia Agrária no Brasil segundo as variáveis tempo, escolas de pensamento ou paradigmas, realidade socioeconômica e temáticas fica aí concretizada.

A representação, a seguir, que designamos por Síntese da Geografia Agrária Brasileira, resume o que consideramos fundamental para concluir a discussão da questão da periodização na Geografia Agrária. Temos aqui então resumida a história da Geografia Agrária Nacional.

SÍNTESE DA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA					
Designação	Período	Paradigma	Características teórico-metodológicas	Características socioeconômicas	Temáticas
Estudos não-geográficos	Séc. XVIII, XIX até 1934	-----	Inexistência de método científico	Hegemonia agrícola	Informações sobre diferentes áreas e culturas
Geografia Agrária Clássica	1934 a meados dos anos 60	Diferenciação de áreas	Introdução do método científico sob influência francesa, descrição, interpretação, síntese, valorização do trabalho de campo	Domínio da agricultura, início da industrialização/urbanização	Caracterização, classificação e distribuição de produtos agrícolas por áreas, colonização, hábitat rural, paisagem rural
Geografia Agrária Quantitativa	Meados dos anos 60 a meados dos anos 70	Classificatório	Enfoque classificatório, utilização de modelos estatísticos e matemáticos	Desenvolvimento urbano-industrial, introdução do Processo de Modernização da Agricultura	Estudos classificatórios, tipologia agrícola, caracterização social, funcional e econômica da agricultura, uso da terra, organização agrária
Geografia Agrária Social	1975 a 1995 *	Interação e ação sobre o espaço	Enfoque pragmático, análise da agricultura no contexto do desenvolvimento rural	Êxodo rural, constituição do CAI, capitalização e industrialização da agricultura	Transformação do espaço rural, modernização da agricultura, relações de trabalho, desenvolvimento rural, desequilíbrios regionais, pequena produção, produção familiar, agroindústria

(*) Último ano de referência dos trabalhos levantados.

Fonte: Levantamento bibliográfico

Organização: Darlene Ap. de O. Ferreira

Bibliografia

- AMORIM FILHO, O. B. *Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da Geografia*. Belo Horizonte: UFMG, 1985. 56 p. (Publicação Especial, 2).
- ANDRADE, M. C. A institucionalização da Geografia brasileira. In: _____. *Geografia Ciência da Sociedade*. Uma Introdução à Análise do Pensamento Geográfico. São Paulo: Atlas, 1987, p. 81-93.
- _____. Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 72, p. 63-82, 1994.
- _____. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. *Mesas Redondas... Águas de São Pedro*: UNESP, 1994, p. 52-7.
- ANTONIL, A. J. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. *Boletim Geográfico*, ano 20, n. 166, p. 31-49; ano 20, n. 167, p. 181-97; ano 20, n. 168, p. 268-80; ano 20, n. 169, p. 379-87; ano 20, n. 171, p. 635-41, 1962.
- BRAY, S. C. Aspectos da trajetória teórico-metodológica da Geografia Agrária no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8, 1987, Barra dos Coqueiros. *Mesas Redondas e Comunicações...* Barra dos Coqueiros: UFS, 1987, p. 4-12.
- CERON, A. O., GERARDI, L. H. O. Geografia Agrária e metodologia de pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 1, 1978, Salgado. *Textos Básicos para Discussão...* Salgado: UFS, 1978, p. 20-35.
- _____. Geografia Agrária e metodologia de pesquisa. *Boletim de Geografia Teórica*, v. 9, n. 17-18, p. 59-68, 1979.
- DINIZ, J. A. F. A renovação da Geografia Agrária no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 25, SIMPÓSIO RENOVACÃO DA GEOGRAFIA, 1973, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SBPC, 1973, p. 29-81.
- _____. Evolução dos conceitos geográficos e o estudo da agricultura. In: _____. *Geografia da Agricultura*. São Paulo: Difel, 1984, cap. 2, p. 35-56.
- FAUCHER, D. Princípios generales de Geografia Agrária. Trad. R. Martínez. In: _____. *Geografia Agrária Tipos de Cultivos*. Barcelona: Omega, 1953, p.11-28.
- GALVÃO, M. do C. C. Contribuição ao debate sobre perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8, 1987, Barra dos Coqueiros. *Mesas Redondas e Comunicações...* Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. (mimeo)
- _____. Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9, 1988, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 1988, não pag.
- GEORGE, P. Introdução. In: _____. *Geografia agrícola do mundo*. Trad. O. M. Cajado. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p. 7-8.
- _____. La campagne: une création humaine aux multiples aspects. In: _____. *La campagne. Le fait rurale através le monde*. Paris: Press Universitaire de France, 1956, cap. 1, p. 3-10.

- _____. Os antecedentes. In: _____. *A Geografia Ativa*. São Paulo: Difel, 1975, pt. 1, p. 8-40.
- GUSMÃO, R. P. Os estudos de Geografia Rural no Brasil: revisão e tendências. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3, 1978, Fortaleza. *Sessões Dirigidas...* Fortaleza: AGB/UFC, 1978, p. 57-62.
- _____. Os enfoques preferenciais nos estudos rurais no IBGE. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 40, n. 1, p. 142-6, 1978.
- _____. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 3, 1978, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: AGB, 1978, p. 57-62.
- LONGO, E. M. Algumas reflexões em torno da Geografia Agrária. *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 13, p. 45-8, 1983.
- MEGALE, J. F. Geografia Agrária: objeto e método. *Boletim Geográfico*, ano 34, n. 247, p. 63-72, 1975.
- _____. Geografia Agrária – objeto e método. *Métodos em questão*, n. 12, p. 1-30, 1976.
- MIGLIORINI, E. A Geografia Agrária no quadro da ciência geográfica. *Boletim Geográfico*, ano 8, n. 93, p. 1.072-91, 1950.
- MONTEIRO, C. A. F. *A Geografia no Brasil (1934-1977) Avaliação e Tendências*. São Paulo: USP, Série Teses e Monografias, n. 37, 1980, 155 p.
- OTREMBIA, E. Geografia Agrária. In: LUTGENS, R. *La Terra y la Economía Mundial*. Barcelona: Omega, 1955, v. 3, pt. 1, p. 5-28.
- VALVERDE, O. A Geografia Agrária como ramo da Geografia Econômica. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 23, n. 2, p. 430-2, 1961.
- _____. Metodologia da Geografia Agrária. In: _____. *Geografia Agrária do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pesquisas Educacionais, 1964. v. 1, p. 11-37.
- _____. Geografia Agrária. *Boletim Geográfico*, ano 28, n. 209, p. 126-30, 1969.
- _____. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1985, 266 p.
- WAIBEL, L. O sistema da Geografia Agrária. In: _____. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: SUPREN, 1979, p. 29-35.

RESUMEN

Este artículo presenta una exposición sobre la Geografía Agrária en el Brasil, tratando los conceptos en diferentes períodos del tiempo. Las diferentes concepciones de Geografía Agrária a lo largo del tiempo, que marcaron el período comprendido entre la mitad de la década de los años 30 y la mitad de la década de los años 90, fueron retiradas de diferentes autores que discutieron la definición de esta parte de la geografía y su rol en el

ABSTRACT

The present article presents an exhibition about the Agrarian Geography in Brazil, treating of your concepts and periods. The different conceptions of Agrarian Geography, along the time, that marked the period understood between middles of the decade of 30 and middles of the decade of 90, they were looked for in authors that discussed the definition of this branch and your role in the context of the geographical science. As such analyses

DARLENE AP. DE OLIVEIRA FERREIRA

contexto de la ciencia geográfica. Como estas análisis y definiciones variaron y, principalmente, como el desenvolvimiento de esta parte de la geografía no fue uniforme, la indicación de diferentes fases en los estudios fue detectada y tratada en un cuadro Síntesis de la Geografía Agrária Brasileña.

and definitions varied and, mainly, as the development of such branch of the Geography it was not uniform, the indication of different phases in the studies was detected and treated in a syntheses of the Brazilian Agrarian Geography.

PALABRAS-CLAVE

Geografía agrária – conceptos – diferentes periodos del tiempo.

KEY WORDS

Agrarian Geography – concepts – different periods of time.

Recebido para publicação em 5 de maio de 2001.